



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Ângela Beatriz Venâncio da Silva

**“*RECÉM MÃE E PEDAGOGA*” - A CONDIÇÃO DE ALUNA MÃE NA VISÃO DE
ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA – CAMPUS III.**

BANANEIRAS-PB

2023

Ângela Beatriz Venâncio da Silva

**“RECÉM MÃE E PEDAGOGA” - A CONDIÇÃO DE ALUNA MÃE NA VISÃO DE
ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA – CAMPUS III.**

Artigo apresentado à Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias - Campus III, sob orientação da Profa. Dra. Vivian Galdino de Andrade, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

BANANEIRAS-PB

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586r Silva, Angela Beatriz Venancio da.
"Recém mãe e pedagoga" - a condição de aluna mãe na
visão de estudantes do curso de pedagogia da
Universidade Federal da Paraíba - Campus III. / Angela
Beatriz Venancio da Silva. - Bananeiras, 2023.
32 f.

Orientação: Vivian Galdino de Andrade.
TCC (Graduação) - UFPB/CCHSA.

1. Aluna-mãe. 2. Assistência Universitária. 3.
Graduação. I. Andrade, Vivian Galdino de. II. Título.

UFPB/CCHSA-BANANEIRAS

CDU 37 (042)

Ângela Beatriz Venâncio da Silva

**“RECÉM MÃE E PEDAGOGA” - A CONDIÇÃO DE ALUNA MÃE NA VISÃO DE
ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA – CAMPUS III.**

Artigo orientado pela Profa. Dra. Vivian Galdino de Andrade.

Submetido ao Curso de Pedagogia no dia 12 de Junho de 2023

Aprovado em: 12/06/2023

Banca Examinadora

Profa. Dra. Vivian Galdino de Andrade
Orientadora

Profa. Dra. Efigênia Maria Dias Costa
Examinadora

Profa. Dra. Fabrícia Sousa Montenegro
Examinadora

BANANEIRAS-PB

2023

“RECÉM MÃE E PEDAGOGA” - A CONDIÇÃO DE ALUNA MÃE NA VISÃO DE ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – CAMPUS III

Ângela Beatriz Venâncio da Silva¹

RESUMO

Esse artigo traz a proposta de investigar a experiência de estudantes mães do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - Campus III, buscando compreender os principais conflitos e desafios vivenciados pelas mães universitárias que descobriram a maternidade durante o processo de formação. Para isso, foi traçado os seguintes objetivos específicos: 1. Refletir sobre ser mãe e o ser professora em formação, os desafios para a continuidade dos estudos; 2. Identificar/investigar qual tipo de assistência universitária é fornecida para alunas-mães, na UFPB - Campus III; e 3. Discutir as dificuldades e estratégias advindas do retorno da licença maternidade para continuidade da formação. O estudo se caracteriza como qualitativo, e se inspira na metodologia da Ego-história, por trazer o relato da própria autora para a pesquisa. No entanto, também conta com o relato de outras 6 estudantes mães em formação, obtidos pelo questionário como instrumento de coleta de dados. Teoricamente se baseia nos estudos de Ana Maria de Oliveira Urpia e Sonia Maria Rocha Sampaio, entre outros. Conclui-se que a assistência acadêmica precisa ser ampliada e mais bem divulgada, bem como atesta-se para a urgência de novas políticas pensadas para alunas gestantes que garantam a permanência de futuras mães no período de formação na graduação.

Palavras chaves: Aluna-mãe, Graduação, Assistência universitária.

ABSTRACT

This article proposes to investigate the experience of student mothers of the Pedagogy Course at the Federal University of Paraíba - Campus III, seeking to understand the main conflicts and challenges experienced by university mothers who discovered motherhood during the training process. For this, the following specific objectives were outlined: 1. Reflect on being a mother and being a teacher in training, the challenges for the continuity of studies; 2. Identify/investigate what kind of university assistance is provided to student-mothers at UFPB - Campus III; and 3. Discuss the difficulties and strategies arising from the return of maternity leave to continue training. The study is characterized as qualitative, and is inspired by the methodology of Ego-history, as it brings the author's own report to the research. However, it also has the report of 6 other student mothers in training, obtained through the questionnaire as a data collection instrument. Theoretically, it is based on the studies of Ana Maria de Oliveira Urpia and Sonia Maria Rocha Sampaio, among others. It is concluded that academic assistance needs to be expanded and better publicized, as well as attesting to the urgency of new policies designed for pregnant students that guarantee the permanence of future mothers in the period of graduation.

Keywords: Mother student, Graduation, University assistance.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, Campus III, e-mail: angelabeatrizvenancio@gmail.com.

1. OS CAMINHOS INTRODUTÓRIOS

Filho e graduação são dois extremos que precisamos conciliar quando optamos por ser mãe durante o período de formação superior. Esses dois extremos costumam vir acompanhados de muitos dilemas. Quando descobri minha gravidez estava no final do primeiro período da faculdade, ou seja, tinha acabado de ingressar no mundo acadêmico². Me vi perdida, mãe aos 20 anos de idade e no segundo período do curso de graduação em Pedagogia. Claro que o primeiro pensamento é: “Não vou conseguir dar conta”. Confesso que esse pensamento me persegue até hoje, mas eu sigo tentando.

Foi para discutir esse tema, “o de se descobrir mãe durante o processo de formação numa graduação”, que senti a necessidade de produzir o meu trabalho de conclusão de curso nessa temática de investigação, com o intuito de torná-lo um veículo de informação e reflexão, amparando as novas mães que venham a ingressar ou que já estejam cursando Pedagogia.

Esse trabalho traz como objetivo geral compreender os principais conflitos e desafios vivenciados pelas mães universitárias que descobriram a maternidade durante o processo de formação no curso de Pedagogia da UFPB – Campus III. Seus objetivos específicos contemplam: 1. Refletir sobre ser mãe e o ser professora em formação, os desafios para a continuidade dos estudos; 2. Identificar/investigar qual tipo de assistência universitária é fornecida pra alunas-mães, na UFPB - Campus III; e 3. Discutir as dificuldades e estratégias advindas do retorno da licença maternidade para continuidade da formação.

Para conhecer a fundo a problemática deste tema, partimos da abordagem da pesquisa qualitativa, utilizada para compreender/responder aos objetivos deste trabalho. Como diz Oliveira (2010, p.16), “[...] os estudos qualitativos são importantes por proporcionar a real relação entre teoria e prática, oferecendo ferramentas eficazes para a interpretação das questões”. Metodologicamente, nos inspiramos nos caminhos apontados pela Ego História, também conhecida como:

[...] escrita de si ou autoetnografia. É uma escrita autobiográfica do intelectual, pouco estudada na tradição brasileira, que permite identificar determinações e configurações normativas do discurso acadêmico-científico, assim como uma multiplicidade de identidades e referências que se afirmam no processo narrativo (SILVA, 2015, p.71).

² Ingressei na universidade em fevereiro de 2019, na turma 2018.2 e engravidei no mês de maio do mesmo ano, no final do período.

Essa metodologia trabalha com uma escrita biográfica, utilizando da memória individual da própria autora e das suas relações com o espaço e o tempo, para produzir uma história acadêmica. O debate que trago aqui parte de minha própria história, mas também me utilizarei de outras memórias para compor esse texto. A partir do uso de questionário, entrevistei 6 alunas mães do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, Campus III. O questionário³ produzido partiu de doze questões, que investigavam desde a descoberta da gravidez ao conhecimento dos direitos que assistiam essas discentes mães na UFPB. Investiguei ainda como se deu a rotina de atividades realizadas no regime domiciliar e como foi o retorno às atividades presenciais.

O questionário prezou por sigilo de identidade das respondentes e pela ética, por se tratar de assunto pessoal e delicado para algumas mães, por isso o leitor encontrará, no decorrer do trabalho, as respondentes sendo citadas como mãe 1, mãe 2 e assim sucessivamente. Abaixo, segue o perfil das depoentes:

Quadro 1: Perfil das depoentes

Identificação	Idade	Período que vivenciou o curso estando grávida	Cidade onde reside
Ângela Beatriz Venâncio da Silva	24	2º e 3º Período	Cacimba de Dentro -PB
Mãe 1	26	2º Período	Bananeiras – PB
Mãe 2	22	5º Período	Solânea – PB
Mãe 3	24	1º Período	Remígio – PB
Mãe 4	26	6º Período	Solânea – PB
Mãe 5	30	5º Período	Solânea – PB
Mãe 6	24	4º Período	Guarabira – PB

Fonte: Quadro produzido pela autora, 2023.

Após a coleta desses dados foi realizada a análise do material e foi feita a transcrição das respostas, estas que passaram por correções ortográficas. Foi possível analisar um diálogo presente entre as respostas das participantes a fim de atender aos objetivos propostos no trabalho. O debate foi separado em dois momentos, o primeiro que refletia sobre a aluna gestante e seu processo formativo na graduação; e o segundo que observou o seu retorno à sala de após, após o gozo da licença.

O eixo da discussão foi também estruturado a partir da minha experiência e com base nas vivências de alunas que se tornaram mães na graduação, assim como eu. A problemática visava entender as dificuldades que atravessam os dois extremos – graduação e maternidade

³ Confira o questionário e o termo de compromisso produzido no Apêndice desse texto. (página 25-27)

– e como conciliá-las. É comum ouvirmos histórias de mulheres que renunciaram seus sonhos para criar seus filhos ou construir suas famílias. Mas a maternidade não deve ser vista como algo que “mata” os nossos sonhos. No meu caso, foi ela quem me deu fôlego para continuar, não era mais só sobre mim. Era sobre o meu filho também.

2. ESCRITAS DE MIM: RECÉM MÃE E PROFESSORA EM FORMAÇÃO

Moro em Cacimba de Dentro, uma cidade vizinha a faculdade, pegava o ônibus às 6h da manhã e voltava no final do dia, no transporte das 17:30h. Passava o dia na faculdade, então precisava levar suprimentos para o dia e comida de casa, almoçava nos corredores do bloco da coordenação. Fui contemplada com uma bolsa do Restaurante Universitário (RU) quando estava com 2 meses de gestação, mas não conseguia descer até o restaurante. O RU fica distante do bloco de aulas, teria que descer e voltar no ônibus da universidade, o que me causava muito mal-estar.

A gravidez era seguida de enjoos, muita sonolência, hormônios em desordem, que causavam oscilação de humor e pouca, ou quase nenhuma, disposição para o que quer que fosse. Eu cursava 7 componentes curriculares na época, então tinha que ignorar todos os sintomas da gravidez e buscar forças para estudar. Como passava o dia fora, era exaustivo, principalmente por minha condição (enquanto grávida) e isso atrapalhava também no meu rendimento nas aulas e nos estudos em casa, devido ao cansaço e aos sintomas, que mesmo tentando ignorar, ficavam mais intensos.

No primeiro momento da revelação, tive o apoio da minha família e dos amigos que fiz ao longo do curso. Todos me incentivando a continuar. Na universidade, tive orientação de uma querida professora, que me disse para não desistir do curso e que a maternidade iria agregar na minha profissão. Foi a primeira vez que ouvi falar da licença maternidade. Procurei por informações e entendi que a licença se tratava de uma Lei pouco conhecida no nosso meio. Daí sabia que de alguma maneira a universidade me daria assistência para não desistir e seguir com o curso.

Antes não conhecia o Regulamento Geral da Graduação da Universidade Federal da Paraíba (2020, p. 1-58), que tem por “finalidade consolidar a normatização acadêmica dos cursos”. Em seu artigo N° 92, inciso 2, define: “I – À discente gestante, durante 90 (noventa) dias, a partir do 8º mês de gestação, *pode gozar de regime domiciliar*, desde que comprovado por atestado médico”. (*as palavras em itálico são nossas*). No Manual de orientação aos

estudantes de Serviço Social⁴, cita que esse subsídio encontra aporte na Lei Nº 6.202, de 17 de abril de 1975,

Esta lei concede um regime especial para aluna gestante pelo qual ela fica liberada, durante três meses, de frequência às aulas. A aluna poderá requerer abono de faltas, desde que junte ao requerimento atestado médico que comprove que se encontra no 8º (OITAVO) mês de gestação, impreterivelmente. O critério de avaliação para a aluna enquadrada em tal situação, será o mesmo adotado para alunos frequentes, ou seja, provas escritas, exercícios e/ou trabalhos, determinados pelo professor.

Estar ciente dessas informações passa a ser crucial para a exigência e gozo de direitos. Um manual assim, divulgado em meu curso, teria me esclarecido muitas dúvidas. No meu caso, à época, procurei a coordenação, que me disse para não se preocupar com a licença nesse primeiro momento, pois a mesma só se dava após o nascimento da criança, com a certidão de nascimento em mãos. Nesse segundo período, tive apoio de alguns professores, mas de outros não tive nem a compreensão⁵. Segui com o curso, entre livros, enjoos, atividades e muito sono a ponto de muitas vezes dormir em sala de aula. Era muito sofrido, puxado e corrido, passar o dia fora de casa. As amizades que construí foram essenciais nesse momento, principalmente enquanto eu estava no campus.

Pensei por diversas vezes se valia a pena continuar, ainda cheguei a ouvir de um professor que seria melhor trancar o curso, mas tive incentivos que não me deixaram desistir. Lembro de tarefas que realizei chorando, depois de tantos enjoos e sem forças para continuar, mas as atividades tinham prazos que eu precisava cumprir. Precisei faltar nas aulas para realizar exames, ultrassonografias, consultas e por mal-estar. Alguns professores compreensivos, outros nem tanto. Foi quando descobri o sexo do bebê: “É menino!”. Colegas e professoras vibraram comigo. Nesse período perdi atividades e tive incontáveis faltas.

O regime de abono de faltas na UFPB também é regulamentado pelo Regimento Geral, que afirma que atestado não retira falta. Segundo ele

Art. 83, §4º: Não haverá abono de faltas, ressalvados os casos previstos nas legislações especificadas a seguir:

I – Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, que institui o regime de exercícios domiciliares.

⁴ Orientações ao estudante de Serviço Social. “Aluna em Estado de Gravidez”. Disponível em: <http://plone.ufpb.br/css/contents/documentos/gestante1.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2023

⁵ Seria interessante ouvir os professores para entender o porquê da ausência de contato. Mas, infelizmente, para essa pesquisa não foi possível ampliar o público de sujeitos pesquisados.

II – Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, que dispõe sobre a licença-gestante.
III – Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que determina que as Instituições de Educação Superior devam abonar as faltas do discente que tenha sido designado membro da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES e que tenha participado de reuniões em horários coincidentes com os das atividades acadêmicas.
IV – Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, que dispõe sobre o serviço militar.
V – Representação discente devidamente comprovada em conselhos superiores e colegiados da UFPB. (*As palavras em itálico são destaques nossos.* Regimento Geral, 2020, p.24)

Diante dessa norma, foi preciso conciliar com os docentes as justificativas para as minhas ausências em aula. Ganhei meu filho no período de férias, no dia 21 de janeiro de 2020. As aulas retornaram em fevereiro. Então, pedi para uma amiga da minha cidade procurar a coordenação e entregar o comprovante do nascimento, juntamente com o atestado. Fui notificada por essa amiga que a coordenação ficaria responsável por dar entrada no processo, o que aconteceu dias depois, quando recebi um e-mail da universidade notificando o início da licença. Dava-se início o Regime Domiciliar, que é assim definido no Regulamento da Graduação:

DO REGIME DE EXERCÍCIOS DOMICILIARES

Art. 92. O regime de exercícios domiciliares corresponde ao tratamento excepcional de acordo com o Decreto-Lei nº1.044 de 21/10/69 e a Lei nº6.202 de 17/04/1975.

§1º. O discente terá direito de utilizar de 15 (quinze) a 90 (noventa) dias letivos.

§2º. O regime de exercícios domiciliares aplica-se: I – *À discente gestante, durante 90 (noventa) dias, a partir do 8º mês de gestação, desde que comprovado por atestado médico.* II – Aos responsáveis legais adotantes, durante 90 (noventa) dias, a partir da data da guarda, desde que comprovada por decisão judicial. III – *À discente mãe ou ao discente pai, desde que comprovado pela certidão de nascimento, por 90 (noventa) dias.* IV – Ao discente portador de afecção congênitas ou adquiridas, infecção, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados e que gerem incapacidade física comprovada por atestado médico. V – Ao discente para acompanhar parente de 1º grau, em casos de doenças graves comprovadas por atestado médico. (Regulamento Geral, 2020, p.26)

Ao vivenciar o meu regime domiciliar, fui procurada e orientada por duas professoras de diferentes componentes curriculares. Foi passado os conteúdos e as atividades daquele primeiro momento. No terceiro período, estava cursando 7 componentes curriculares obrigatórios, mas tive contato direto somente com duas professoras. Entre esses componentes obrigatórios, estava o Estágio Supervisionado I em Educação Não-Escolar, que teve início

ainda antes da minha licença. Tive que adiantar as minhas práticas no estágio que foi desenvolvido no Laboratório de Ensino, porque segundo o Regimento não se pode cursar atividades práticas ou de campo em regime domiciliar. É o que cita o Art. Nº 95:

Art. 95. O programa especial de estudos estabelecido para o exercício domiciliar não pode prever procedimentos que impliquem exposição do discente a situações incompatíveis com seu estado, nem atividades de caráter experimental ou de atuação prática que não possam ser executadas pelo discente. §1º. O programa especial de estudos deve prever outros formatos, para que sejam cumpridos os objetivos de ensino e de aprendizagem, compatíveis com a situação do discente. §2º. Não havendo metodologias de ensino alternativas, compatíveis com o estado de saúde do discente, deve ser formulado um termo pelo docente e discente, para que se providencie o cancelamento da matrícula no componente objeto do programa de estudos. (Regulamento Geral da Graduação, 2020, p.28)

Dessa forma, cumpri a carga horária presencial obrigatória, que se dividia em 4 (quatro) horas de observação e 16 (dezesesseis) horas de intervenção, totalizando as 20 horas presenciais. Como ainda estava grávida, mas já no final da gestação, foi bem difícil. As demais 20 horas, foram divididas em produção de atividades em casa e confecção de relatório final. O estágio aconteceu em dupla e, nesse momento, já estava realizando as minhas atividades remotamente. Mas não deixei de cumprir com as minhas obrigações.

Os demais professores enviavam minhas atividades por colegas e eu procurava me inteirar do que estava acontecendo nas aulas. Ainda procurei os demais professores através do WhatsApp e via e-mail, mas não fui respondida. Segundo o Regimento Geral (2020, p.27), em seu Art. 93, “§3º. a Coordenação de Curso deve notificar a Chefia Departamental onde os docentes responsáveis pelos componentes curriculares estão lotados, inclusive nos casos em que haja mudança de período letivo, durante o intercurso do regime de exercícios domiciliares”. Neste âmbito, eu estava amparada, uma vez que todos os docentes estavam cientes da minha licença e precisavam me acompanhar nesse período. O mesmo Regimento normatiza ainda que

Art. 94. Para atender às especificidades do regime de exercícios domiciliares, os docentes devem elaborar um programa especial de estudos a ser cumprido pelo discente, compatível com sua situação. §1º. O programa especial de estudos domiciliares abrange a programação do componente curricular durante o período de afastamento no período letivo vigente, de acordo com o calendário acadêmico. §2º. O prazo máximo para elaboração do programa especial de estudos pelo docente é de 5 (cinco) dias úteis após a notificação (Regulamento Geral da Graduação, 2020, p.27).

Diante disso eu precisava estar ciente das minhas atividades com antecedência para me planejar. A esse novo cronograma de atividades estava a minha adaptação à nova rotina, era tudo novo para mim. Era uma tripla jornada agora, de mãe, dona de casa e estudante. Entre os cuidados de um neném totalmente dependente de mim e os afazeres de casa, eu tinha que buscar tempo para os conteúdos que eu tinha que acompanhar para realizar as atividades. Estava de licença, não de férias.

Foi complicado conciliar tantas demandas, meu filho vinha em primeiro lugar e as demais coisas ia resolvendo a nível de prioridades. Me senti muito pressionada e me cobrava sem parar. Tinha que ser boa o tempo todo, e isso me fez desenvolver ansiedade. Essa situação me fez refletir sobre a que condições a mulher é exposta para se profissionalizar? O que ela precisa conciliar para entrar no mercado de trabalho?

Em casa, tive uma rede de apoio essencial, mas os conflitos pessoais que vivenciava só dependia de mim para resolver. O puerpério é a fase mais delicada da mulher. Ela vive o luto de não ser mais a mesma nunca mais. E é uma fase acompanhada de altas taxas de hormônios, oscilando o tempo todo. Crises de choro sem motivo, falta de ar e coração acelerado me acompanhavam, já não sabia diferenciar se era do puerpério ou da ansiedade, eu só sabia que precisava estar bem para cuidar do meu filho.

Mas, me preocupava com o que estava por vir, pois a licença duraria somente 3 (três) meses, e depois? Eu pensava como ia ser? Sair tão cedo de casa para passar o dia fora, nos corredores da universidade com um serzinho tão pequeno, de colo, que requer tanto da minha atenção e que me tem como alimento. E assim eu me via tendo que dar conta da realidade, do turbilhão de sentimentos e de tantos pensamentos que eu não podia controlar.

Apesar da rede de apoio, a mãe se sente sozinha. Mesmo não estando, é confortante saber que temos com quem contar. Depois da minha gravidez, fui procurada por outras colegas de classe que, como eu à época, descobriram a maternidade e estavam perdidas sem saber como proceder. Orientei minhas colegas, como eu gostaria de ter sido acolhida. Durante o meu curso eu fui desmotivada, desacreditada, ouvi até que seria melhor eu desistir. E seria mais fácil, mas não era uma opção para mim.

Agora, no final do curso, senti a necessidade de produzir o meu trabalho de conclusão de curso nessa temática de investigação, com o intuito que ele se torne veículo de informação e amparo para as novas mães que venham a ingressar ou que já estejam cursando, Pedagogia.

3. PENSANDO TEORICAMENTE A TEMÁTICA

O “ser mãe e discente” pouco é debatido e divulgado no curso de Pedagogia, Campus III da UFPB, mesmo sendo ele um curso eminentemente feminino, composto de discentes mulheres que podem vir a passar por essa condição. Mas essas discentes estão lá, presentes nas leis que regem os direitos assistidos pela gestante estudante.

Para Paim (1998, apud OLIVEIRA, 2008), o gerar e o materno ultrapassam o fenômeno da Biologia, uma vez que se trata também de ordem social e afetiva. O gerar na vida da mulher é algo transformador e não falo somente do corpo que está em constante transformação. Desde a descoberta, sendo uma gravidez planejada ou não, essa condição afeta significativamente sua vida em todos os aspectos. A universidade, diante disso, tem a responsabilidade com a estudante-mãe de proporcionar condições que desenvolvam uma aprendizagem significativa.

Dentre as legislações que assistem a estudante gestante e defendem o seu afastamento de acordo com a necessidade e orientação médica, está o Decreto-Lei Nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, que garante à gestante a partir do oitavo mês de gestação, de qualquer nível de ensino, o afastamento presencial, sendo ela assistida pelo regime de exercícios domiciliares. Essa mesma normatização pode ser encontrada, como já apontei anteriormente, na Lei de Nº 6.202, de 17 de abril de 1975, que regulamenta o decreto e define que a gestante deverá ser assistida por exercícios domiciliares após o nascimento da criança, durante o período de 90 dias, constituindo os 3 meses da licença maternidade.

Ainda assim, se torna válido destacar, que se trata de um curto período, tendo em vista que ao fim da licença o bebê estará com 3 meses de vida, totalmente dependente da mãe, que ainda é responsável por produzir seu único alimento, o leite materno. É na amamentação que se introduz o vínculo materno. Segundo a orientação da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, pelo menos até os 6 meses de vida o bebê deve ser alimentado única e exclusivamente do peito.

A amamentação exclusiva pelo menos até os 6 meses do bebê contribui para o desenvolvimento pleno da criança, prevenindo o desenvolvimento de doenças autoimunes. Além disso, a amamentação também protege a mãe de doenças como o câncer de mama. Diante disso, fica claro a importância da amamentação para a mãe e para o bebê. Sem falar que se trata de um momento único e especial, podendo também ser um pouco delicado para algumas mulheres, que passam por alguma dificuldade para a amamentar.

Diante disso, indago: Não fica a mãe e seu bebê prejudicados com o retorno as atividades com apenas 3 meses? Como fica a criança e a mãe, quando não mais assistida pela licença maternidade, ter que voltar para a sua realidade na sala de aula? Afinal, a licença terminou, mas a maternidade não, sendo uma nova realidade na vida da estudante.

É importante, nesse contexto, também ressaltar a fase do puerpério, uma vez que ele é um período delicado para mãe, onde o corpo que passou por inúmeras mudanças durante os 9 (nove) meses de gestação volta ao seu estado normal.

O puerpério é definido como o período do ciclo gravídico-puerperal em que as modificações provocadas pela gravidez e parto no organismo da mulher retornam ao seu estado pré-gravídico, tendo seu início após o parto com a expulsão da placenta e término imprevisto, na medida em que se relaciona com o processo de amamentação (GONÇALVES, 2005, apud VIEIRA, 2018, p.11).

A maternidade está cheia dos seus altos e baixos, quando se trata da amamentação e do puerpério, com os hormônios à flor da pele, estamos falando do momento mais delicado para a mulher enquanto mãe, depois que ela descobre a gestação. Então é preciso uma atenção maior com essas mães-estudantes, o que nos leva a questionar: existem, na universidade, espaços para a amamentação? No campus III, não encontramos salas adequadas para tal finalidade, nem muito menos espaço para troca de fraldas ou ambientes para descanso/convívio dos discentes, em seus intervalos de aula.

Essas dificuldades e conflitos cercam a vida de uma mãe universitária quando seu bebê nasce. E estamos falando em casos de uma gestação saudável, de um bebê saudável. Situações como essas aumentam a taxa de evasão do curso, uma vez que é evidente a complexidade de conciliar o exercício do maternar, com as atribuições e exigências do mundo acadêmico. Sem contar que a falta de apoio social, a pressão sofrida, a demanda de cuidados que requer um bebê e a sobrecarga dos trabalhos (universitários ou domésticos), comprometem o desempenho e a saúde mental da mãe.

Para Tabak (2002), sobre a evasão de mulheres do meio acadêmico, detecta-se que ela pode estar relacionada à gravidez na graduação. A sobrecarga que uma mãe carrega é árdua e requer abdicar de algumas coisas pela realização pessoal. A universidade representa para muitos somente uma graduação, mas para outros a conquista de um sonho, um meio de adentrar no mercado de trabalho e/ou adquirir a independência financeira. Sampaio e Uripia (2011, p. 148) por sua vez relatam, com base nos dados do Censo (2000), realizado pelo IBGE que:

[...] 8,81% das mulheres cursando o ensino superior, com idade entre 19 e 29 anos, têm filhos na faixa etária de 0 a 4 anos. Significa dizer, portanto, que quase 10% das mulheres universitárias brasileiras nesta faixa são mães de crianças pequenas, e podem vir a demandar políticas públicas que lhes permitam permanecer no ambiente acadêmico e concluir seus estudos com melhores chances de entrar no mercado de trabalho.

Desse modo, é evidente a necessidade de políticas públicas dentro da universidade que venham a garantir a permanência de alunas mães na sala de aula. A continuidade do curso dependerá da assistência à estudante. Na Universidade Federal da Paraíba, mais precisamente no Campus III, a assistência prestada às alunas gestantes se resume à licença maternidade de 3 meses, que garante o recurso aos exercícios domiciliares.

Pensando na permanência dessas alunas, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) fornece o auxílio creche, gerenciado na instituição pela Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE). O auxílio é designado a alunas com filhos de seis meses a três anos e onze meses de idade, que funciona basicamente como uma pecúnia para ajudar a custear os gastos de uma creche ou de uma cuidadora. No valor mensal de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

No entanto, esse benefício é pouco divulgado e conhecido entre as alunas mãe. Além disso, são disponibilizadas poucas vagas. No edital de Nº 07/2023⁶, da Seleção Unificada para Auxílios (PRAPE/UFPB), foram disponibilizadas somente 05 vagas do auxílio creche para o Campus III. Ainda assim, para concorrer a bolsa é necessário comprovar a vulnerabilidade socioeconômica, atendendo aos seguintes critérios exigidos no edital: “a) Estar cursando a primeira graduação ou não ter sido contemplado(a) com auxílios/bolsas do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em cursos de graduação concluídos anteriormente; e b) Possuir renda familiar bruta per capita de até um salário-mínimo e meio. E não acumular bolsas com a mesma finalidade”.

Para acesso às informações referente ao auxílio-gestante de maneira ampla, constatee no site da UFPB maior suporte fornecido mais às servidoras do que às estudantes da instituição. Informações básicas como realizar o pedido de licença, que para as servidoras são de 120 dias (4 meses), são mais fáceis de serem encontradas. Também é fornecido para as servidoras o auxílio creche em um valor e tempo maior, para filhos ou dependentes legais, de até 06 (seis) anos, no valor estabelecido de 321,00 reais (mensais).

⁶ Conheça esse edital no seguinte endereço eletrônico: https://www.ufpb.br/prape/contents/noticias/selecao-unificada-para-auxilios-estudantis-2023-prape-coape-ufpb/edital-07_2023-campus-iii_selecao-auxilios-2022-2-1.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2023

Diante disso, reforço a necessidade de mais políticas pensadas para as alunas mães. Percebo que existe uma desigualdade de auxílio às grávidas que estão na academia, recortando benefícios que contemplam mais as servidoras públicas que às estudantes. A permanência das alunas mães ainda é confrontada com a realidade do ser aluna, mãe e desempregada, o que torna o processo de estadia na academia ainda mais difícil.

4 ESCRITA SOBRE ELAS: MEMÓRIAS DA FORMAÇÃO DURANTE O SER MÃE

4.1. Da descoberta da notícia aos desafios encontrados para a continuidade dos estudos durante o período de graduação

Investigar quais são os conflitos e as dificuldades enfrentadas por mães universitárias e qual assistência estudantil é oferecida no Campus III da Universidade Federal da Paraíba é norte deste tópico, produzido por meio da memória de seis mães estudantes e suas vivências, durante o ser mãe, na academia. É possível identificar um diálogo entre as respondentes, tomado pela vulnerabilidade que o estado da gravidez proporciona, deixando a futura mãe insegura, tomada pelo medo, como também pela sensação de estar sozinha e de que não dará conta.

A gestação, como sabemos, vem acompanhada de mudanças, desde o corpo da mulher até o contexto social no qual ela está inserida. As dificuldades começam a surgir e são muitos os questionamentos que passam pela cabeça da mulher gestante, toda sua vida começa a mudar desde o segundo que a gravidez é descoberta.

Uma gravidez é sempre uma “interrogação” na vida de toda e qualquer mulher, mesmo para aquelas que possuem uma boa condição financeira. [...] Como vou conciliar minhas atividades com as necessidades do bebê? [...]. No caso da jovem que é universitária e que não planejou tornar-se mãe naquele período de sua vida, as interrogações e apreensões parecem muitas; afinal, toda a sua rotina irá mudar a partir daquele momento (URPIA; SAMPAIO, 2009, p. 34).

A descoberta de uma gravidez em sua maioria vem acompanhada de um grande susto, sendo ela planejada ou não. É algo que deixa a mulher muito sensível e no primeiro momento sem saber o que fazer. É uma descoberta que muda todos os planos e faz as nossas vidas tomarem novos rumos, quando não nos deixa sem rumo também. Para entender acerca desses

sentimentos, de como é lidar com a descoberta, indagamos as mães discentes: Como lidou com a descoberta da gravidez? Segundo elas:

[Mãe 1] Foi difícil porque obviamente eu não planejava engravidar tão cedo, considerando que havia começado o curso recentemente e ainda dependia financeiramente da minha família, que mora na cidade de Monteiro- PB.

[Mãe 2] Tomei um verdadeiro choque, por não ser uma gravidez planejada, não sabia o que fazer. Para mim a minha vida acadêmica seria interrompida, eu não daria conta. Teria que optar somente por uma coisa, é claro que optaria por meu filho. Imaginava que não seria possível conciliar as duas coisas.

[Mãe 3] Foi um turbilhão de sentimentos, no começo o medo tomou conta, a incerteza, a angústia. Mas, depois todos esses sentimentos foram esquecidos e o amor pelo meu filho foi tomando um espaço cada vez maior.

O medo e a insegurança sobre o futuro parece ser um dos primeiros sentimentos da mãe estudante. Daí a importância de uma rede de apoio. Como dito, por mais que o maternar seja solitário, tendo em vista que após o nascimento todos os olhos estão voltados para o bebê, a mãe está em constante mudança e sofrendo isso sozinha. Então, o apoio afetivo da família é essencial desde a descoberta até após o nascimento.

Associado a isso, soma-se a preocupação financeira, sabemos dos altos gastos para custear a criação de um bebê. Sobre isso, quando questionadas, as participantes responderam:

[Mãe 1] Sim, mas eu fiz questão de não receber mais nada relacionado a parte financeira, visto que sempre enfrentei a gravidez como responsabilidade única minha e do pai do bebê.

[Mãe 2] Graças a Deus tive o apoio familiar, financeiro e afetivo. Recém desempregada por conta da pandemia da COVID-19 me dediquei a minha gestação e aos meus estudos.

[Mãe 3] Sim, o apoio da minha família foi fundamental nesse período, tanto financeiro quanto afetivo.

Por isso a importância da rede de apoio, como afirma Viera (2018, p. 22), onde “em meio a tantas mudanças que essas jovens enfrentam com a chegada de um filho, o apoio da família é primordial para que esse momento de adaptações seja vivenciado com mais facilidade”. O apoio familiar ou qualquer outra rede de apoio fornecida à mãe, seja afetivamente ou financeiramente, contribui para deixar as obrigações mais leves, também o

fardo das preocupações. Além disso, evidenciou-se que essa rede de apoio é vista como um incentivo para dar continuidade a graduação, foi o que todas as respondentes relataram.

Sobre as questões que circundam a assistência universitária fornecida para alunas-mães, na UFPB - Campus III, foi constatado em todos os relatos que as informações que assistem gestantes são pouco divulgadas e/ou conhecidas. Quando elas existem circulam entre os grupos de discentes que vivenciam a mesma condição, sendo o regime domiciliar o único direito conquistado por todas elas. E ainda assim, se trata de um curto período de licença, que dura exatos três meses, em grande maioria se iniciando no dia do parto.

Na questão 3 (três), quando indagadas sobre o conhecimento acerca da Lei que garante a assistência à aluna gestante e/ou licenciada, elas dissertam que:

[Mãe 4] Não conhecia, tinha ouvido falar um pouco através de conversas informais com colegas minhas que eram mães e que já tinham dado entrada. Mas de fato só compreendi do que se tratava esse requerimento na reta final da minha gravidez, quando procurei a coordenação para me explicar o que seria preciso para dar entrada na licença. Então a coordenadora do curso me enviou o documento em PDF. Na minha mente eu imaginei que seria um documento especialmente para grávidas, tipo uma licença maternidade, mas lendo o documento percebi que ele se tratava de um regime escolar especial, que embarcava outras finalidades, como responsáveis legais e adotantes, discente portador de afecção congênita etc.

[Mãe 5] Sabia da licença maternidade, mas não conheço a Lei.

[Mãe 6] Não conheço a Lei. Apenas sei que existe e tenho conhecidas que foram assistidas.

Como mencionado na fala da mãe 4, foi disponibilizado um PDF com algumas informações sobre o Regime domiciliar. Desse modo, seria interessante que a Coordenação do Curso disponibilizasse um manual pensado para a aluna-mãe, pontuando desde a Lei que rege o seu direito enquanto gestante às medidas que devem ser tomadas nesse período. Também seria interessante, que na Coordenação houvesse algum banner com informações gerais sobre a condição da gestante na graduação, garantindo que ela pudesse ter acesso a essas orientações com maior facilidade.

Sabe-se que, diante do Regulamento da Graduação (2020), existe a necessidade da elaboração de um plano de estudo para atender a aluna-mãe durante a licença, previsto no Art. 94 aqui já mencionado. No entanto, na questão 4, quando indagadas sobre esse quesito, as discentes entrevistadas responderam:

[Mãe 1] Os professores foram a maioria bem compreensivos com a fase que estávamos vivendo, porém não me sinto contemplada em nada que não fosse mais que obrigação da UFPB. Considerando que uma aluna recebe no máximo 90 dias de auxílio domiciliar, enquanto qualquer outra mulher que seja funcionária da instituição recebe no mínimo 6 meses de licença maternidade. O que me faz questionar qual a diferença das “maternidades”, eu não pari da mesma forma que outras pariram? O pai da criança que também é aluno da instituição não recebeu nenhum tipo de afastamento. Além de ter me sentido extremamente injustiçada por ser obrigada a levar um bebê recém-nascido para dentro de um depósito Escolar empoeirado, enquanto deveríamos estar protegidos pela instituição educacional da qual faço parte, para que não fosse reprovada na disciplina. Detalhe: essa mesma disciplina foi ofertada 100% online durante a pandemia.

[Mãe 4] A única assistência foi o envio das atividades para serem feitas em casa, apenas isto.

[Mãe 6] Assistência que tive foi quando os professores me passaram as atividades para fazer em casa. Não consigo enxergar se realmente fui amparada, fiquei no “pé” da coordenação do curso, não sabia se realmente tinham solicitado a minha licença e o que eu deveria fazer, pois não sabia o que deveria fazer. Mas ninguém me respondeu.

No depoimento da mãe 1, podemos verificar que o pai da criança - também aluno da instituição – não gozou da licença. No entanto, poucas pessoas sabem que, segundo o Regulamento Geral (2020), o pai também tem direito a ser assistido pelo regime de exercícios domiciliares. Como consta no Regulamento Geral (2020, p.26), no Art. 92, inciso 2º “O regime de exercícios domiciliares aplica-se: [...] III - À discente mãe ou ao discente pai, desde que comprovado pela certidão de nascimento, por 90 (noventa) dias”. Informações como estas seriam cruciais, devendo estar presente no Manual de Orientação à gestante, uma iniciativa de produção que deveria ser tomada pela coordenação de curso.

Acredito que esse manual não só seria importante para os discentes, como também para os docentes, públicos que deveriam ser esclarecidos e diretamente envolvidos no tema em discussão. A atuação da coordenação no acompanhamento das atividades produzidas pelos docentes poderia ampliar o atendimento especial voltado para os alunos que estão sendo assistidos no regime dos exercícios domiciliares.

Desse modo, é possível identificar nas falas das depoentes a insatisfação com as políticas assistenciais da UFPB, implicando no desempenho acadêmico de alunas mães, bem como na possível desistência delas no curso. Tal sentimento ficou claro quando indagadas na pergunta 5, sobre como executaram as atividades no período da licença:

[Mãe 2] Não tive assistência dos professores, era tratada e fazia as atividades igual os demais estudantes. Muitas vezes, quase em sua totalidade extremamente sobrecarregada. Só consegui seguir adiante, mesmo com as adversidades da vida (minha gestação e perda do meu pai) graças a minha rede de apoio familiar, porque pelos professores era extremamente complicado conseguir ter forças e ânimo para prosseguir.

[Mãe 4] Foi extremamente complicado, estava com o psicológico abalado, os hormônios a flor da pele, e as atividades me sobrecarregaram ainda mais. Tive assistência de alguns, outros professores apenas me “jogaram” diversas atividades, me deram um curto prazo e para eles “ponto final”. Inclusive um dos professores me passou o mesmo trabalho que os outros da fala. Sendo que até mesmo quem estava frequentando as aulas estava com dificuldade para realizá-lo, imagina eu que nem as aulas e explicações estava tendo acesso. Considero que meu empenho foi bom, realizei as atividades com todo capricho e dedicação.

[Mãe 6] Foi muito difícil apenas receber as atividades e não ter uma explicação antes do professor, ou uma introdução daquilo que ele estava passando, me sentia perdida. Teve uma professora em específico que só foi jogando as tarefas e eram muitas. Não obtive um bom rendimento nas atividades, a final nem sabia direito o que estava fazendo.

Daí a importância das políticas que assegurem os direitos das alunas mães na graduação. A Universidade Federal da Paraíba - Campus III, assiste a aluna gestante com os exercícios domiciliares, como garantido por lei, mas se resume apenas a isso. Como destaca Silva (2020, p. 16), “[...] deve-se levar em consideração os fatores que dificultam a permanência na instituição e, logo a ascensão dessas individuais.”

Ciente que o curso diurno de Pedagogia tem a carga horária mínima de 270 (duzentos e setenta) horas, e que a discente deve estar matriculada em, pelo menos, 5 (cinco) componentes de 60 (sessenta) horas, questionamos as depoentes em quantos componentes estiveram matriculadas durante o período da licença, e se elas ainda participavam de algum projeto (de ensino, pesquisa e/ou extensão) na universidade?

[Mãe 3] Estava matriculada em 7 componentes, não era bolsista.

[Mãe 5] Cinco componentes, carga horária mínima possível. Era bolsista na assessoria de extensão, mas tive que sair assim que entrei com a licença, pois a bolsa exigia carga horária presencial.

[Mãe 6] Não me recordo, ao certo, quantos componentes estava matriculada, mas acredito que foram em 5, e não estava em nenhum projeto.

Esses dados nos levam a refletir sobre a carga horária mínima que seria exigida para discentes que estão gozando da licença maternidade. A vida de uma mãe estudante está

acometida por muitas tarefas, ficando difícil conciliar tantas atribuições. A carga horária mínima poderia ser flexibilizada nesses casos tendo em vista a tripla jornada assumida por essa mulher, que se encontra como aluna, mãe e dona de casa.

4.2. O retorno da licença maternidade: dificuldades e estratégias para a continuidade da formação

O ser mãe no período após da licença vem trazendo novos questionamentos, inseguranças e medos. Depois do nascimento do bebê, na volta do hospital para casa, toda uma adaptação acontece, é uma nova rotina que se instaura, onde a prioridade é o bebê, que demanda todo o tempo da recém mãe. E logo depois, no término da licença maternidade, uma nova rotina precisa ser criada, exigindo que a estudante mãe se readapte novamente.

Voltar para a sala de aula não é fácil. Questões como: com quem vou deixar o meu bebê? Ou, como vou amamentá-lo durante as aulas? Mas se eu não tenho com quem deixar, como vou levar? Como vou passar o dia fora com um bebê tão pequeno? Passam a figurar nas preocupações diárias da mãe-estudante. Diante dessas atribulações, algumas alunas pensam em desistir, outras lembram que a graduação pode proporcionar uma vida melhor e lutam por ela. Isso ficou evidente no item 7 (sete) do questionário, quando indagamos: Em algum momento ouviu que deveria desistir do curso? Pensou em desistir? Segundo elas:

[Mãe 1] Sim, durante o estágio em Gestão Educacional, uma professora me disse que se eu não pudesse pagar desistisse da disciplina, pensei em levar a sério esse conselho, mas sabia que não estava ao meu alcance.

[Mãe 4] Sim, mesmo com todo apoio da família, teve momentos em que estava tão sobrecarregada que pensei em trancar o curso e esperar o meu filho crescer um pouco.

[Mãe 5] Pensei em desistir pois conciliar as atividades com um bebê pequeno é muito difícil.

[Mãe 6] Infelizmente escutei sim, que deveria desistir, que não era para mim continuar, pois aumentou as minhas responsabilidades. Nunca foi minha pretensão desistir do curso, mas digo que é muito difícil não pensar.

Então conciliar a nova realidade de tanta responsabilidade com o retorno para a sala de aula é complexo, exaustivo e muitas vezes desmotivador. Como destaca Silva (*et al*, 2020, p.12), “[...] apesar dos avanços no papel da mulher na sociedade, ainda assim, percebe-se que a maioria delas enfrentam dificuldades ao tentar conciliar a vida acadêmica com a maternidade, muitas até pensam em desistir do curso”. É um período curto para tantas

mudanças e ainda ter que lidar com conflitos pessoais. Mesmo sendo uma realidade comum a toda mulher que opta em abdicar de suas realizações profissionais para maternar, a escolha traz consequências, muitas delas refletidas na saúde dessas discentes. Indagadas na questão 8 (oito) sobre a pós licença e como foi o retorno para a sala de aula, responderam:

[Mãe 3] O retorno, foi muito difícil para mim, deixar meu filho de apenas três meses, longe de mim, onde o mesmo era totalmente depende de mim... Tive que começar a inserir fórmula, o que prejudicou depois a amamentação, mas não precisei levar o bebê para a universidade.

[Mãe 4] O retorno foi muito difícil, chorei horrores. Não levei meu filho comigo e me senti a pior mãe do mundo em ter que deixá-lo com o pai, não conseguia prestar atenção nas aulas a semana inteira, só com o passar do tempo fui me adaptando e me sentindo mais segura em deixar com o pai. Mas as primeiras semanas foram muito tensas.

[Mãe 6] Não me senti amparada pela universidade para retornar após a licença, no ato da matrícula tem uma carga horária mínima, na qual a condição de lactante não me permitia ficar muitas horas longe de casa, sem alimentar o meu bebê. Levando em consideração que eu moro em Guarabira e ele era muito novinho para ficar longe de mim. Talvez se eu pudesse colocar uma quantidade de cadeiras na quais eu pudesse acompanhar ou até levar meu bebê, eu não teria trancado um semestre.

A falta de uma assistência mais reforçada ocorre tanto nos exercícios domiciliares quanto no retorno às atividades. Somos inseridas novamente na sala de aula, com um bebê, como se nunca tivéssemos nos ausentado. Na maioria das vezes até não sendo bem recepcionada com um bebê de colo. Quando indagadas, no item 8 (oito), sobre como foi levar/deixar a criança, disseram:

[Mãe 1] Levar Heitor para a UFPB sempre foi um desafio, um misto de total apoio de alguns e de olhares tortos de outros, muitas vezes percebemos a energia de falsa compaixão pela necessidade de levá-lo conosco, mas sei que esse é o melhor ambiente e mais exemplar que podemos mantê-lo hoje. [...] Heitor começou a ir para a UFPB com 2 meses, aos oito quando já estava na fase de engatinhar deu-se início a pandemia de Covid-19 e passamos a estudar de forma remota. Hoje em dia ele ainda frequenta a UFPB, mas agora divide com a rotina escolar dele.

[Mãe 2] Todos os dias de aulas precisei levar, por longos períodos. E até hoje ainda levo, quando não tenho com quem deixar.

[Mãe 6] Precisei sim levar o filho para a sala e é uma grande missão fazer isso, pelo fato de morar em outra cidade e depender de ônibus, sem falar que não tem um lugar que acolha meu filho.

Mesmo com uma rede de apoio, para as mães que optam por deixar seus filhos em casa, o pensamento que fica frequentemente é: será está bem? Será se comeu? Segundo Vieira (2018, p. 21), “[...]a autocobrança por parte das mães universitárias é sem dúvida um dos principais desafios dessas mulheres, visto que além do papel de mãe e estudante, ainda têm que administrar a culpa gerada em ter que ‘deixar’ os filhos para estudar”. Já para aquelas que levam seus filhos consigo para a universidade, preocupações surgem: como vou levar? onde vou amamentar?

Esse pensar em relação à amamentação leva-nos a refletir sobre a necessidade de um modelo assistencial que contemple a compreensão dos elementos determinantes da decisão materna, além da esfera da interação mãe-filho, implicando em uma assistência abrangente e holística, compreendendo a mulher na sua totalidade. (SILVA, 1996, p. 69)

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) toda criança tem direito ao aleitamento materno e toda mãe pode e deve amamentar seu bebê, onde estiver. De acordo com o art. 9º do Estatuto, “O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade” (BRASIL, 1990).

Apesar da mãe poder amamentar onde ela quiser, a ausência de um espaço físico para as crianças na universidade é uma questão que vale a discussão. A instituição não está apta a receber mães alunas com filhos e isso ficou claro na questão 9 (nove), onde as mães são sondadas sobre se a universidade está apta a receber essas crianças.

[Mãe 1] De certa forma não. Isso depende do quanto os pais estão dispostos a viver essa realidade, não é fácil trocar a fralda de uma criança em cima de uma mesa ou enfrentar longas horas em ambientes que não estão adaptados para receber crianças, mesmo esse sendo a Pedagogia um curso voltado a elas.

[Mãe 2] [...] a universidade não dispõe de um ambiente acolhedor, atrativo, lúdico e dinâmico para os nossos filhos. Sempre estava tentando manter meu filho quieto e em silêncio, para não atrapalhar os colegas e nem os professores. O que muitas vezes comprometeu o meu desempenho e atenção.

[Mãe 4] Vejo que as mães que precisam levar seus filhos para a universidade não conseguem assistir a aula direito, não há um lugar onde possam deixar seus filhos.

[Mãe 5] Precisa de alguns ajustes na estrutura física, não temos um fraldário.

Por se tratar de um Curso de Pedagogia, é irônico não se ter um ambiente receptivo para crianças. Um lugar que trabalha para a formação de professoras da educação infantil não estar apto a receber crianças é contraditório. O retorno para a sala de aula simboliza muito mais do que simplesmente voltar, é preciso que se ofereça condições estruturais adequadas para receber as discentes e seus filhos.

Na questão 10 (dez) buscamos identificar como os professores assistiram o retorno das alunas e quais expectativas e anseios elas tinham com essa volta. E assim responderam:

[Mãe 1] Minha volta foi exatamente como eu imaginava, longas horas com Heitor no colo, algumas alunas às vezes se disponibilizavam em ficar um tempo com ele para que eu descansasse, olhares de julgamento como disse anteriormente, como se aquele não fosse um ambiente receptivo a uma mãe e um bebê recém-nascido que eventualmente chora e precisa mamar ou trocar a fralda.

[Mãe 2] Alguns professores acolheram, aceitavam a presença do meu filho em sala de aula. Mas era um tremendo desafio prestar atenção na aula, as vezes ter que sair da sala com o meu filho chorando, ter que apresentar/socializar estágios amamentando para acalantar a criança e conseguir apresentar.

[Mãe 4] Não tive nenhuma assistência por parte dos professores, apenas me matriculei, adentrei a sala de aula e os professores se quer perguntaram como estava sendo a vida com um bebê. Mas confesso que a volta para a sala de aula foi muito difícil, para mim. Estava me sentindo muito apreensiva e preocupada e isso causava em mim efeitos colaterais, vivia quase sempre com dor de cabeça, devido à preocupação. Chorei muito nas primeiras semanas, me sentia perdida e uma péssima mãe por estar longe do meu filho. Está foi uma fase extremamente difícil.

É difícil lidar com a graduação e a maternidade, mas isso se torna ainda mais difícil quando não temos a compreensão dos professores. Como relata a mãe 4, isso afeta o emocional da estudante e não é diferente com outras mães. O sentimento de impotência e de não dar conta pesa durante todo esse processo. Infelizmente, devido ao tempo demarcado para essa pesquisa, não pude entrevistar o corpo docente do curso de Pedagogia, para investigar seus relatos e melhor compreender essa possível falta de assistência. Suas falas ampliariam o nosso debate e esclareceriam os elementos que se entrelaçam nessa relação docente e estudante mãe.

Na questão 11 (onze) as estudantes relatam o que julgaram mais desafiador na condição de aluna-mãe. Segundo elas:

[Mãe 2] Ter que levar meu filho para a aula por não ter com quem deixá-lo, e continuar participando ativamente das aulas, apresentações e discussões.

Tanto, que pela sobrecarga, ao vejo chorando na universidade algumas vezes chorava junto com ele.

[Mãe 4] Manter as atividades em dia. Tem sido muito difícil, manter as atividades em dia. Principalmente os estágios supervisionados. Pois é muito difícil, produzir materiais didáticos com um bebê pequeno de 6 meses, que tudo quer pôr na boca, e que quer sua total atenção, sempre que início uma atividade tenho que parar minutos depois, pois não ele está precisando de mim, dos meus cuidados. Então a forma que tenho encontrado para realizar as atividades é a noite, quando chego da universidade e ele está dormindo. E pelo fato de morar no sítio e chegar tarde em casa, quando vou terminar as atividades é pela madrugada. E isso tem me deixado de certa forma exausta, por causa da privação de sono, pois vou dormir muito tarde e ainda amamentando na madrugada.

É uma luta diária, dar conta da demanda que é ser mãe e ser estudante universitária. Os fatos relatados demonstram a necessidade de um amparo a essas estudantes, que buscam permanecer na universidade e concluir a graduação. Os impactos negativos que as estudantes sofrem mexe com a saúde mental, o esgotamento, a sobrecarga. Essas estudantes são convidadas na questão 12 (doze) a definir como é ser mãe universitária.

[Mãe 2] É tentar ler ao meio das brincadeiras e faz de conta do seu filho, e vê-lo em sua inocência tentar lhe ajudar nas atividades e tornar seu trabalho em dobro. É fazer as atividades não no seu tempo, mas no dele, aproveitando cada pequeno cochilo dele. É abdicar de participar de residência pedagógica, projetos e monitorias entre outros, embora seja seu sonho, por colocar como prioridade seu filho e saber que não terá quem cuide dele para que você possa realizar suas atividades. Por fim, ser mãe universitária é uma via dupla. Na mesma medida que te possibilita amor incondicional, realização pessoal e os sentimentos mais puros, sinceros e bonitos, exige de você abdições que lhe corroem por dentro. Mas você segue dilacerada e sorrindo por ter um lindo presente de Deus que te chama de mamãe. É lindo, mas extremamente doloroso.

[Mãe 4] É ser constantemente provada, ver o limite da exaustão estampada no rosto, na mente e no psicológico e ao menos tempo é conseguir ver o quanto somos fortes, o quanto conseguimos superar e quebrar os nossos próprios limites. É aprender que não irá mais dar para ser academicamente perfeita como antes de ter o bebê, porque uma gama de outras atividades, deveres e responsabilidades surgiram junto com a maternidade. E aprender que não dar para se cobrar tanto, se comparando com os outros colegas que tem necessidades e realidades diferentes, que não enfrentam as suas dificuldades.

Apesar de ser uma jornada dura, a mãe universitária é resiliente. Os depoimentos mostram a força que essas mulheres têm. Não é só o desejo de terminar o curso. Se torna algo muito maior, o filho se torna combustível mesmo tirando todas as nossas forças. Ser mãe na graduação é uma montanha russa, são os altos e baixos intensos. O maior desafio da

maternidade é ser testado todos os dias e passar por isso na graduação redobra os desafios em diferentes esferas. O aprendizado é infinito e o amor também.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A figura da mulher, que é vista como “sexo frágil” nos mostra que de frágil a mulher não tem nada. Não podemos romantizar as sobrecargas de uma mãe, mas devemos reconhecer o quão forte a mulher vem se mostrando ao longo dos anos e esse trabalho. É um relato disso e de quem vivenciou na pele a maternidade durante a graduação. A graduação não é um caminho fácil e com a surpresa de uma gestação ele se torna ainda mais difícil. Conciliar os desafios que surgem nesse percurso é uma tarefa árdua e que em alguns casos, pode-se pedir uma pausa.

A falta de estrutura para receber alunas mães, no meio acadêmico, é um problema social que está presente no Campus III. No curso de Pedagogia verificou-se que na turma 2018.2 pelo menos 5 (cinco) alunas precisaram ser assistidas com a licença maternidade. Vale salientar a importância de discussões acerca dessa temática, uma vez que sabemos que outras mães ainda estão por vir. Nenhum caminho é fácil, sabemos, mas se pudermos tornar o caminho menos difícil, todo esforço terá sido válido.

A maternidade me fez olhar com mais cuidado para outra mulher, principalmente quando se trata de uma mãe. Uma mãe universitária carrega o peso das multitarefas, de muitas vezes abdicar de si mesma porque as prioridades mudaram. A luta de estudar em meio aos brinquedos, aos prazos, as trocas de fraldas, as atividades, a mamada em livre demanda é frequente e diária. Para Vieira (2018, p.19): “Todas essas dificuldades vivenciadas pelas mães universitárias contribuem para um caminho mais cansativo na sua trajetória acadêmica, constituindo-se potenciais fatores de risco à evasão desta mãe e interferindo na continuidade dos estudos e/ou na qualidade da aprendizagem dessas estudantes”.

Toda história que se constrói em volta da figura da mulher, é marcada por lutas e por movimentos que buscam garantir direitos. Essa temática é mais um ponto a ser discutido, é mais uma luta a ser travada. Ficou evidente através da análise dos dados aqui trazidos que precisamos de políticas públicas eficientes, pensadas desde a licença até o retorno a sala de aula. É preciso priorizar a permanência e a aprendizagem dessas futuras pedagogas na condição de mães e estudantes.

Durante o processo de desenvolvimento deste trabalho, o acesso ao edital de um projeto voltado para mães na pós-graduação chamou minha atenção. Trata-se de um programa

intitulado como “Amanhã”⁷, do Movimento *Parent in Science*, coordenado por Fernanda Staniscuaski. O programa surgiu em 2021, com o objetivo de oferecer um apoio financeiro a alunas mães em fase de conclusão na pós-graduação, auxiliando na sua primeira edição 29 estudantes-mães. Uma proposta válida para ser ampliada no âmbito das instituições federais, também na fase da Graduação.

Por fim, constatou-se na visão das alunas, que a falta de compreensão dos professores é um ponto importante a ser discutido, no que se refere ao planejamento das atividades para antes e depois da licença maternidade. Acredito que encontros remotos seriam viáveis para assistir aos discentes em regime domiciliar. São pontos como esses que devem ser mais discutidos para garantir as discentes mães a permanência na graduação e a conclusão do curso. É importante frisar que o curso de Pedagogia forma os futuros docentes para trabalhar com crianças, e pensar sobre essa temática é mais que necessário.

⁷ Conheça o programa Amanhã – Edição 2023, disponível em: <https://www.parentinscience.com/>

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº.6.202, de 17 de abril de 1975.** Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6202.htm#:~:text=LEI%20No%206.202%2C%20DE,Art.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 julho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. Um apanhado teórico-conceitual sobre pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Travessias**, Cascavel, v. 2, n.3, 2010.

OLIVEIRA, R.C. **Adolescência, Gravidez e Maternidade: a percepção de si e a relação com o trabalho.** Saúde Soc. São Paulo, v.17, n.4, p.93-102, 2008

TABAK, Fanny. **O laboratório de Pandora: estudos sobre a ciência no feminino.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Regulamento Geral do Curso de Graduação. **Resolução Nº 29/2020**, de 05 de novembro de 2020, João Pessoa – PB. Disponível em: <https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2020189051e2be2611980cbe468246287/Resp29.20.pdf>

URPIA, Ana. Maria. de Oliveira. **Tornar-se Mãe no Contexto Acadêmico:** narrativas de um self participante. Salvador, 2009. 200 p. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal da Bahia.

URPIA, Ana Maria de Oliveira.; SAMPAIO, Sonia Maria Rocha. Tornar-se mãe no Contexto Acadêmico: dilemas da conciliação maternidade – vida universitária. **Dossiê Educação - Rev do CAHL**, UFRB, Cachoeira, v.2 Ano 3, n. 4, p 30-43, 2009. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/reconcavos/article/view/1094/663>

URPIA, Ana Maria de Oliveira., SAMPAIO, Sonia Maria Rocha. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, SMR., org. **Observatório da vida estudantil:** primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio9788523212117-09.pdf>

SILVA. Isilia Aparecida. Reflexões sobre a prática do aleitamento materno: **Revista da Escola de Enfermagem.** USP, v.30, n. 1, p. 58-72, abril. 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reuusp/a/hqMysvJb798sFyYbn7XCnXL/?format=pdf&lang=pt>

SILVA, Jeane Santana da. A maternidade na trajetória acadêmica: desafios percorridos pelas discentes do curso de pedagogia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Campus VII – Codo, 30 de julho, 2020. Disponível em : <https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/4587/1/JEANE-SILVA.pdf>

SILVA, J. S. da; ALVES, M. B.; CARVALHO, G. B.; TAVARES, R.; ARRUDA, A. A. de; COSTA, C. D. M. da. A maternidade na trajetória universitária: desafios percorridos pelas discentes da Universidade Federal do Maranhão - UFMA campus VII Codó / Motherhood in the university trajectory: challenges faced by the students of the Federal University of

Maranhão - UFMA campus VII Codó. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 6, n. 7, p. 42538–42550, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n7-027. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/12515>. Acesso em: 26 de maio, 2023.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. Para além da ego-história: memoriais acadêmicos como fontes de pesquisa autobiográfica. **Revista Patrimônio e Memória**. São Paulo, UNESP, v. 11, n. 1. p. 71-95, janeiro/junho, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/angel/Downloads/436-1550-1-PB.pdf>

VIEIRA, Ailane Costa. Vivências da maternidade na graduação: uma revisão sistemática. 2018. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia, Campus Universitário de Altamira, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2018. Disponível em: <http://bdm.ufpa.br/jspui/handle/prefix/1080>. Acesso em: 26 de maio, 2023.

APÊNDICE 1: QUESTIONÁRIO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

Título do Projeto: RECÉM MÃE E “PEDAGOGA” – A condição de aluna-mãe na visão de estudantes do Curso de Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba – Campus III

Responsável: Ângela Beatriz Venâncio da Silva

Questionário

Nome:

Idade:

Cidade:

Curso:

Período do curso no qual engravidou/período do curso hoje:

Qual o meio de ensino ocorreu na sua licença (ensino presencial, remoto, híbrido)?

- 1- Como lidou com a descoberta da gravidez?
- 2- Quando descobriu a gravidez, teve apoio financeiro e afetivo da família? Você renuncia as atividades de trabalho e estudo nesse período? Comente.
- 3- Conhecia seus direitos presentes na Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, que dispõe sobre a licença-gestante.?
- 4- Qual assistência tipo de assistência que você recebeu da UFPB – Campus III? Você se sentiu amparada pela universidade? Comente.
- 5- Como lidou com as atividades e trabalhos designados pelos professores? Teve assistência deles? Como julga o seu desempenho nesse período?
- 6- Em quantos componentes esteve matriculada nesse período? Era bolsista/voluntária em algum projeto de pesquisa ou extensão? Comente.
- 7- Em algum momento ouviu que deveria desistir do curso? Pensou em desistir?
- 8- Como foi o retorno para a sala de aula após a licença? Você precisou levar seu/sua filho/filha para a sala de aula?
- 9- Você considera que a UFPB – Campus III está apta receber estudantes com filhos?
- 10- Como os professores assistiram ao seu retorno?
- 11- O que julgou mais desafiador na condição de aluna-mãe?
- 12- Como é ser mãe universitária?

APÊNDICE 2: MODELO DE TERMO UTILIZADO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

Dados de identificação

Título do Projeto: RECÉM MÃE E “PEDAGOGA” – A condição de aluna-mãe na visão de estudantes do Curso de Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba – Campus III

Pesquisador Responsável: Ângela Beatriz Venâncio da Silva

Nome do participante:

Idade:

R.G.:

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa **RECÉM MÃE E “PEDAGOGA” – A condição de aluna-mãe na visão de estudantes do Curso de Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba – Campus III**, de responsabilidade do (a) pesquisador (a) **Ângela Beatriz Venâncio da Silva**.

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. O trabalho tem como objetivo compreender os principais conflitos e desafios vivenciados pelas mães universitárias que descobriram a maternidade durante o processo de formação no curso de Pedagogia da UFPB – Campus III
2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em conscientizar sobre a importância da lei nº 6.202/1975, que rege o direito a estudantes grávidas de serem assistidas pelo regime de exercícios domiciliares e garante a licença maternidade.
3. Ao participar desse trabalho estarei contribuindo para que futuras mães universitárias tenham acesso a essas e outras informações que foram tão significativas para chegarmos a concluir a graduação.

4. A minha participação neste projeto deverá ter a duração correspondente ao questionário de até 3 dias úteis.
5. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.
6. Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.
7. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.
8. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa.
9. Fui informada que o nome do projeto pode sofrer alterações.
10. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com **Ângela Beatriz Venâncio da Silva**, pesquisador (a) responsável pela pesquisa, telefone: (83) 981901186, e-mail: angelabeatrizvenancio@gmail.com.

Eu, _____, RG nº _____
declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa
acima descrito.

Bananeiras, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do participante

Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento

Agradecimentos

Agradeço primeiro a Deus, por ter conseguido concluir mais esse ciclo em minha vida. Por me ter me dado a paciência e a sabedoria que eu precisava para chegar até aqui. Por realizar Seus planos em minha vida, que eu sei que são melhores do que eu já sonhei.

Agradeço a minha família, em especial aos meus avós maternos, Maria Ângela e José Venâncio (*in Memória*). Eles que sempre me ofereceram as melhores condições para que pudesse me dedicar inteiramente aos meus estudos. Eu amo muito vocês, essa conquista é nossa.

As amizades que se fortaleceram ao longo do curso, dentro e fora da universidade, e que não me deixaram desistir, meu muito obrigada. Em especial, para as que tornaram os dias na universidade mais leves e cheios de cor Ana Clara, Gilmana, Joilma e Micassia. Quero levá-las para vida toda.

O meu agradecimento a minha querida orientadora, Vivian Galdino, que entrou nessa junto comigo e fez esse trabalho possível. Aqui deixo registrado a minha admiração pela mulher, mãe e profissional que a senhora é. Obrigada pelos grandes ensinamentos e puxões de orelha (risos) que me tiraram da minha zona de conforto e me fizeram ir além.

E ao mais especial de todos, agradeço ao meu filho José Miguel, por me ensinar todos os dias e por me fazer buscar ser alguém melhor. Ele quem me fez forte, ele que é a minha motivação e a minha melhor versão. Entre livros e fraldas, ele foi o melhor companheiro nessa jornada. A maternidade tem suas dificuldades, mas NADA perto do AMOR, que acaba recompensado tudo. Nós conseguimos, filho.